

**ATA DA 55.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS
ECOMUNIDADES TRADICIONAIS — CT-IPCT - ABERTA**

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e dez minutos, no Hotel Hotel Days Inn Linhares – Av. Getúlio Vargas 960, Centro, Linhares/ES, iniciou-se a **55.^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

DOS PARTICIPANTES REGISTRO:

Membros: Ademilton Ferreira de Sá (Fundação Cultural Palmares) – 2º Suplência da Coordenação da CT-IPCT, Altiane Blandino (Comunidade de Conceição da Barra/ES), Andressa Lewandowski (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Antônio Áureo do Carmo (Comissão de Atingidos de Rio Doce), Antônio Carlos (Cacique Toninho - Cacique Tupiniquim – Comboios), Daiane Cristina de Paula Estanislau (Quilombo de Santa Efigênia - Mariana/MG), Douglas Bezerra Adilson (FUNAI), Edinéia Conceição de Oliveira (SETADES/SEDH/ES), Érika Soares Martins (SEDESE/MG), Francisco de Assis Nascimento Nóbrega (Ministério dos Povos Indígenas), Geraldo Felipe dos Santos - Tuzinho (Faiscador de Santa Cruz do Escalvado), Hermínio Amaro (Garimpeiro – Rio Doce), Isaías Rodrigues dos Santos (Comissão Quilombol de São Mateus/ES), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (CRQ Degredo), Jarbas Vieira da Silva (Secretaria Geral da Presidência da República) – Coordenador da CT- IPCT, Joel Monteiro Pego (Tupiniquim e Guarani - AITG (ES), Jorge Luís de Paula (FUNAI), Josiane Francisco Felipe (Comissão de Caciques/ES), Luis Gustavo Magnata (MIR), Márcio Antônio Farias de Freitas (SEAMA/ES), Robson de Souza Rodrigues (SESAI), Sérgio Fábio do Carmo - Papagaio (Comissão dos Atingidos de Barra Longa/MG), Thatiele Monic Estevão (Quilombo Santas Efigênia/ Mariana/MG).

Convidados:

Governo do Espírito Santo/Casa Civil: Ricardo Iammotti.

ASPERQD: Danilo Santos da Silva, Jean Craveiro Betteher, Luciana Andrade Oliveira, Simony de Jesus.

Flaco: Cláudia Laureth, Maria Alice da Silva.

Fundação Renova: Adebald de Andrade Júnior, Ana Luiza da Silva Ferreira, Augusto Estevão Moreira Ribeiro, Gabriel Moura, Gilson da Silva Dias Junior, Luiz Felipe Martins Soares, Maria Albanita de Lima, Mariana Spalenza Nicchio. Rodrigo Pontes Ribeiro.

I. PAUTA GERAL	
Pauta	Discussão
1. Abertura, apresentação dos participantes	O coordenador da CT -IPCT, o senhor Jarbas Vieira, cumprimentou a todas e todos e após rodada de apresentação, iniciou a reunião. Apresentou a pauta e colocou as atas para aprovação. A ata da 53 ^a RO da CT IPCT, aprovada na 54 ^a RO da CT IPCT, realizada no dia 08/12/2023 deverá ser enviada à SECEX, para postagem na página IBAMA/CIF. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo, solicitou mais prazo para finalizar a leitura da minuta da ata da 54 ^a Reunião Ordinária da CT IPCT. A minuta da ata da 54 ^a RO da cT IPCT será rerepresentada na 56 ^a RO (E55.01). Jarbas Vieira informou que a próxima Reunião Ordinária será realizada nos dias 10 e 11
2. Informes gerais (local e data da próxima reunião)	
3. Aprovação das Atas da 53^a e 54^a	

Reuniões Ordinárias da CT IPCT	de abril de 2024, no município de Belo Horizonte. Maria Albanita, representante da Fundação Renova, informou que está contribuindo, interinamente, na coordenação do PG03, suprimindo a licença de Gabriela, e se colocou disponível para as construções conjuntas.
Encaminhamento E55.01	Encaminhar a ata da 53ª RO da CT IPCT, aprovada na 54ª RO da CT IPCT, realizada no dia 08/12/2023, para postagem na página do CIF/ IBAMA. A Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT IPCT será reapresentada na 56ª RO para aprovação.

II. PAUTA GARIMPEIROS – FAISCADORES

Pauta	Discussão
<p>4. Retorno da Fundação Renova em relação à avaliação do Plano de Trabalho: mapeamento sociodemográfico e plano de ações e projetos garimpeiros tradicionais, faiscadores e pescadores artesanais, apresentado pela empresa Herkenhoff & Prates (H&P)</p>	<p>4. Retorno da Fundação Renova em relação à avaliação do Plano de Trabalho: mapeamento sociodemográfico e plano de ações e projetos garimpeiros tradicionais, faiscadores e pescadores artesanais, apresentado pela empresa Herkenhoff & Prates (H&P) - NT 52/2023/CT IPCT. O sr. Adebald de Andrade, representante da Fundação Renova, relatou que a Fundação respondeu as considerações da Câmara em ofício no dia 04/03/2024, agora estão aguardando retorno da CT e que assim que o plano for aprovado as ações serão iniciadas. Andressa Lewandowski, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário apontou a necessidade de se fazer consultas às comunidades para legitimidade e continuidade do Plano de Trabalho, nos momentos da identificação dos danos e aprovação do plano de ações. Adebald de Andrade, representante da Fundação Renova, relatou que o Plano foi feito conforme o Termo de Referência emitido pela CT-IPCT, que não prevê essas consultas. Avaliou que o processo de construção das ações em oficinas é participativo e nesses momentos os impactos serão apresentados e a comunidade pode se manifestar e intervir. Informou que o produto – consolidação dos danos - será enviado à CT IPCT, a qual deve constituir uma comissão, que pode se manifestar sobre o produto. Haverá consulta no momento de validação do documento final, quando a comunidade poderá também se manifestar. O Sr. Geraldo Felipe dos Santos, Faiscador de Santa Cruz do Escalvado/MG, considerou necessário fazer a apresentação da equipe, dos danos e de todo o plano de trabalho à comunidade, antes mesmo de dar início aos trabalhos. Sérgio do Carmo (Prefeitura M. De Barra Longa/MG) considerou fundamental o acompanhamento ao trabalho da H&P e que este trabalho de monitoramento pela comunidade deve ser remunerado pela Fundação Renova. Antônio Áureo, representante da Comissão de Atingidos de Rio Doce reforçou a importância da apresentação e acompanhamento do plano pela comunidade. Andressa Lewandowski, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, considerou que o plano de trabalho avança para além do Termo de Referência e perguntou se haveria prejuízo em se colocar no plano de trabalho as consultas devolutivas. Adebald de Andrade, representante da Fundação Renova, considerou que um dos momentos de consulta à comunidade recomendados no parecer da CT-IPCT sobre o plano de trabalho da consultoria H&P já está contemplado. Isto é, está previsto no plano de trabalho realização de consulta para validação do plano de ações e projetos para reparação dos garimpeiros tradicionais, faiscadores e pescadores artesanais. Acrescentou que há previsão de apresentação da equipe técnica e do plano de trabalho em reunião que será realizada no território, conforme o plano de trabalho. Ao final da elaboração do plano de ação está prevista uma consulta para validação do material. Todos os produtos elaborados serão</p>

	<p>remetidos para avaliação da CT, que poderá fazer seus apontamentos sobre o material. Adebal de Andrade, representante da Fundação Renova, considerou que a participação foi incorporada na metodologia de elaboração do plano - 1º momento – apresentação da consolidação dos danos; 2º momento: consolidação do plano – apresentação e consulta sobre o plano. Ademilton Ferreira de Sá, representante da Fundação Cultural Palmares, sugeriu que a primeira oficina seja de apresentação dos danos consolidados para a comunidade, o que foi acordado (E55.02). Priscila Ohira, representante da Fundação Renova, se comprometeu a apresentar uma data para o início da execução do Plano de Trabalho aprovado e validado pela CT IPCT nessa reunião. (E55.03). Quanto ao acompanhamento remunerado do processo por representantes das comunidades, Priscila Ohira se comprometeu a fazer análise e apresentar à CT posteriormente. Luiz Felipe Martins Soares, representante da Fundação Renova, apontou a existência da assessoria técnica em alguns territórios impactados, competente para acompanhar as ações. Sérgio do Carmo, representante da Comissão dos Atingidos de Barra Longa/MG, considerou a especificidade dos territórios de Mariana e Barra Longa e a característica nômade do trabalho do garimpeiro. Informou que os garimpeiros não possuem assessoria técnica, por isso sugere que a Comissão dos Garimpeiros do Alto Rio Doce acompanhe o processo, o que, considerou, não isenta a Fundação Renova da disponibilização de assessoria técnica nas comunidades. (E55.04). Jarbas Viera, coordenador da CT IPCT, resumiu as decisões: O Plano foi aprovado, a H&P fará apresentação do plano no primeiro contato com a comunidade dos garimpeiros e fiscadores do alto Rio Doce, em uma semana a Fundação Renova dará retorno quanto ao prazo de início dos trabalhos e em quinze dias sobre o pleito de remuneração do acompanhamento.</p>
<p>Encaminhamento E55.02</p>	<p>O Plano de trabalho foi aprovado e o primeiro contato da H&P com a comunidade será reservado para a apresentação do plano de trabalho, do processo, da metodologia de realização e da equipe de trabalho.</p>
<p>Encaminhamento E55.03</p>	<p>A Fundação Renova enviará a data de apresentação para a Comunidade, do Plano de Trabalho validado pela CT IPCT e Fundação Renova. Prazo: Até uma semana.</p>
<p>Encaminhamento E55.04</p>	<p>A Fundação Renova fará análise da possibilidade de acompanhamento remunerado do processo por representantes da comunidade e apresentará um retorno à CT – IPCT. Prazo: Até 15 dias.</p>
<p>5. Prazos para aplicação do AFE comunidade Garimpeira e Fiscadora, posterior a aprovação da NT 50 e Deliberação;</p>	<p>5. Prazos para aplicação do AFE comunidade Garimpeira e Fiscadora, posterior a aprovação da NT 50 e deliberação: Luiz Felipe, representante da Fundação Renova, ressaltou que a Fundação Renova continua a entender pela contrariedade da Deliberação CIF 769/2024, conforme termos expostos na última reunião ordinária do CIF. Solicitou esclarecimentos sobre os prazos, que em seu entendimento, se aplicam a diversos atores – comissão de atingidos, FUNAI, Palmares, e os prazos para a FR seriam contados a partir do envio das listas pela CT IPCT. Constatou que a Deliberação deve ser remetida a IAJ, e perguntou se o parecer precede a execução da deliberação ou pode ser feito em concomitância. Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT, esclareceu que o prosseguimento da deliberação não foi condicionado ao parecer da IAJ. Sérgio do Carmo, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, perguntou se a decisão judicial, que reconhece os atingidos como impactados pelo rompimento da barragem, se sobrepõe à Deliberação. Jorge Luiz, representante da FUNAI, indicou a necessidade de cadastramento dos reconhecidos como atingidos, porém o cadastramento está encerrado. Considerou que a manifestação judicial deve ser para resolver a controvérsia em relação ao fim do cadastro. Luiz Felipe,</p>

representante da Fundação Renova, considerou que o reconhecimento dos garimpeiros como atingidos foi realizado por meio das Deliberações CIF n°s 493 e 501, inclusive chanceladas por determinação judicial. Mantida a ressalva da contrariedade à Deliberação 769/2024, avaliou que a definição de prazos pela Fundação Renova depende do cumprimento dos ritos previstos na Deliberação. Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT, relatou que já foram enviadas listas de garimpeiros para a Fundação Renova. Sérgio do Carmo, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, mencionou o levantamento de garimpeiros feito pela própria Fundação Renova em 2018 e informou que muitos garimpeiros não se cadastraram. Acrescentou que espera que a H&P amplie esse cadastro, pois irá trabalhar com os garimpeiros. Priscila Ohira, representante da Fundação Renova, informou que a lógica é de ações coletivas no território, o que não garante o direito ao cadastro integrado no PG01. Hermínio Amaro, Garimpeiro – Rio Doce, mencionou situações de pessoas cadastradas como garimpeiro, sem ser, e pessoas que são garimpeiros e não receberam o AFE. Rodrigo Pontes, representante da Fundação Renova, distinguiu as listas recebidas após a 51ª Reunião Ordinária, que tinham como objetivo solicitar a análise da condição de cada pessoa listada, se tinha cadastro, se já recebia o AFE. Não eram listas definitivas para cadastramento, o que difere da deliberação. Sérgio do Carmo, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, informou que as listas enviadas eram amostragens de garimpeiros que não tinham recebido o AFE, apesar de serem cadastrados. Ressaltou o prejuízo de se ter pagado a pessoas que não são garimpeiros, pois, agora a Fundação Renova apresenta quantitativo de pagamentos feitos, mas sem atender realmente a categoria. Rodrigo Pontes, representante da Fundação Renova, reforçou a necessidade de distinguir essas listas citadas das listas que devem ser apresentadas a partir da deliberação, pois as listas possuem objetivos diferentes. Antônio Aureo, representante da Comissão de Atingidos de Rio Doce, mencionou a Deliberação 300, que já está precisando de revisão, sem ter sido efetivada. Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT, propôs que nesta semana sejam enviadas as listas já existentes de Sapé do Norte e de Mariana, e as listas de garimpeiros e faiscadores preparadas para checagem do status devem ser atualizadas e enviadas pela CT IPCT à Fundação Renova, para efetivação do ponto “i” da Deliberação CIF 769/2024. (E55.05). A Fundação Renova solicitou que os requisitos do item “d” da deliberação sejam observados ao se enviar as listas. Sérgio do Carmo, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, reforçou a importância de se respeitar a autonomia da comunidade, a autoidentificação. Andressa Lewandowski, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, leu o item D da Resolução CIF 769/2024, ressaltando os critérios da autoatribuição e autoidentificação: *d. Quando envolver povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, a elaboração das listagens das famílias que as integram será de competência de sua respectiva Comissão de Atingidos ou, na ausência, de representação equivalente e referendada por sua comunidade ou coletividade. Tais listas deverão ser encaminhadas aos órgãos competentes e, em seguida, apresentadas à CT-IPCT que as enviará para a Fundação Renova com vistas à coleta de dados complementares, caso necessário, e à efetivação de seu cadastro; critério da autoatribuições e autoidentificação dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.* Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT, propôs uma inversão da pauta, puxando para a parte da manhã a pauta quilombola.

Encaminhamento E55.05	<p>A CT IPCT enviará à Fundação Renova as listas de garimpeiros e fiscadores de Sapê do Norte e Mariana e as listas dos garimpeiros e fiscadores do Alto do Rio Doce, atualizadas e enviadas à CT, para efetivação do ponto “i” da deliberação CIF 769/2024.</p> <p>Prazo: Até 01 semana</p>
------------------------------	---

III. PAUTA QUILOMBOLA	
Pauta	Discussão
<p>8. Retorno da Fundação Renova em relação a avaliação do Programa 04;</p> <p>9. Apresentação do projeto do complexo de Degredo pela Fundação Renova.</p>	<p>Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT perguntou se haveria alguma atualização do Conselho Curador quanto ao escopo do PG04. Priscila Ohira, representante da Fundação Renova, informou que ainda não há conclusão do documento, mas que estão trabalhando nele. Esperam que em maio já possam ter algo mais concreto e acrescentou que o Conselho Curador já tem ciência da pauta e da documentação. Augusto Estevão Moreira Ribeiro, representante da Fundação Renova, apresentou o projeto do complexo de Degredo, em sua terceira versão. https://drive.google.com/drive/folders/1ZQ9g7Ce7trkhdBohmfaHcOSskDMTor9Y?usp=drive_link . Informou que o complexo tem quatro edificações: A casa de tradição, a quadra, a sede da ASPERQD, o viveiro e estufas. Ressaltou a criação de uma praça central com arquibancadas, ponto de encontro. A proposição é que os espaços sejam avarandados, ventilados e de fácil acesso para todos. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo, considerou que esta versão do projeto trouxe grandes avanços, pois, apresenta ganhos na arquitetura, nas fachadas alambreadas, no piso em torno das edificações, na proposição da praça central. Sugeriu reavaliar a fachada da casa, discutir sobre os telhados e sobre a fachada da quadra. Parabenizou ao arquiteto Augusto pelo trabalho feito em estreita colaboração com a comunidade. Jean Craveiro, representante da ASPERQD, pediu atenção para a terraplenagem do terreno, que é arenoso e sujeito a alagamentos. Sugeriu que o detalhamento final, adequações arquitetônicas, métodos construtivos e decoração sejam deixadas para o final e feitos conforme as especificidades do território. Augusto Ribeiro, representante da Fundação Renova, relatou que tem pensado em padronizações nas metodologias construtivas, que as tornem mais fáceis de serem executadas e cuidadas. Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT, sugeriu que a praça central seja coberta e iluminada. Augusto Ribeiro, representante da Fundação Renova, informou que a iluminação e o paisagismo do projeto ainda serão melhor cuidados. Nos métodos de construção serão usadas as áreas de sombra, ventilações cruzadas, e irão pensar mais cuidadosamente nas normativas e na mão de obra, buscando implementar soluções sustentáveis.</p>

IV. PAUTA INDÍGENA

Pauta	Discussão
<p>6. OFÍCIO Nº 1949/2023/DPDS/FUNAI – Diretriz 3 - Conselho Gestor - Diretrizes às consultorias técnicas independentes no âmbito do PBAI Integrado Tupiniquim Guarani;</p>	<p>Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT, convidou o sr. Jorge Luís de Paula, representante da FUNAI, para tratar do ponto 6. OFÍCIO Nº 1949/2023/DPDS/FUNAI. Jorge Luís de Paula relatou que a FUNAI emitiu documento com as diretrizes às Consultorias Técnicas Independentes no âmbito do PBAI, dentre as quais se estabeleceu a formação de um comitê Gestor para condução do PBAI. Relatou que as comunidades apresentam demandas diversas e as diretrizes visam dar alinhamento ao trabalho das consultorias e o Comitê Gestor possui o propósito de colocar os produtos em diálogo e especialmente nos aspectos em que uma proposta possa interferir sobre o território e sobre outras aldeias, mantendo a independências das aldeias. Solicitou que a Fundação Renova se posicione frente ao documento. Maria Albanita, representante da Fundação Renova, informou que a Fundação articulou com a FUNAI sobre o Comitê Gestor para maior entendimento</p>
<p>7. OFICIO 2971/2023/DOS/FUNAI -04/12/2023 – Programa para o enfrentamento do impacto 4;</p>	<p>sobre o seu formato e estrutura. Solicitou cronograma de reuniões com as aldeias para construção conjunta do desenho do Comitê Gestor. Mencionou a previsão de se ter um coordenador geral para subsidiar as aldeias e acompanhar a elaboração de todos os PBAIs. Informou sobre agenda de reunião com a FUNAI no dia 26/03/2023, em Brasília, com a participação virtual aberta à comunidade. Douglas Bezerra Adilson, representante da FUNAI, considerou que o PBAI é para as comunidades indígenas, portanto, a sua construção deve ser feita com as comunidades. Josiane Francisco Felipe, representante da Comissão de Caciques/ES, relatou que os indígenas não tinham conhecimento dos ofícios e que muitos diálogos estão acontecendo sem a participação dos indígenas. Considerou que a participação virtual das comunidades é muito difícil, e as diretrizes não podem ser definidas sem a efetiva participação dos indígenas. Ressaltou que a Fundação Renova entende que a FUNAI é o órgão responsável pelas questões indigenistas, mas os povos indígenas não são tutelados pela FUNAI. Maria Albanita, representante da Fundação Renova, esclareceu que todas as definições serão feitas com a participação dos indígenas e não há construções feitas em paralelo. Gabriel Moura, representante da Fundação Renova, informou que a reunião com a FUNAI seria para conversar sobre o ofício 1949, de setembro de 2023, que surgiu no contexto das negociações da FUNAI com as empresas. Ana Luíza Ferreira, representante da Fundação Renova, considerou que as ações na comunidade são para o fortalecimento do conhecimento das mesmas, para levantar o status de cada comunidade em relação ao PBAI, para apontar novos passos e procedimentos, informar sobre as legislações, empoderando as comunidades e dando segurança para a continuidade das ações do PBAI. Essas oficinas estão sendo realizadas em paralelo com as conversas com a FUNAI, a qual tem sido convidada a acompanhar. Joel Monteiro Pego, membro Tupiniquim e Guarani - AITG (ES), lembrou de reunião realizada no território no dia 02 de julho, quando os caciques presentes começaram a alinhar sobre o PBAI. Mencionou outra reunião realizada em maio de 2023, no território Pau Brasil, e sugeriu recuperar as memórias das reuniões. Considerou necessário alinhar sobre a estrutura do Comitê Gestor antes de o implantar. Ana Luíza Ferreira, representante da Fundação Renova, informou que a reunião já realizada foi somente com a CTL, objetivando entender os ofícios e definir estratégias. Dia 26/03/2024 está agendada reunião com a coordenação da CGGAM e a diretoria de promoção social. Joel Monteiro</p>

Pego, membro Tupiniquim e Guarani - AITG (ES), questionou a realização de reunião fora do território, sendo que a pauta não está alinhada com as lideranças e as proposições de realização de reuniões devem ser realizadas nos territórios. Maria Albanita relatou que a FR, foi oficiada e solicitou a reunião sobre o Comitê Gestor para entender os procedimentos e normativas da estrutura de órgão público. Joel Monteiro Pego, membro Tupiniquim e Guarani - AITG (ES), reforçou a importância de se ter assessoria técnica nos territórios. Douglas Bezerra Adilson, representante da FUNAI, mencionou a descontinuidade das consultorias para construção do PBAI nos territórios, que ocasionou divergências e desconfiança nos trabalhos das consultorias, levando à elaboração de mais de um PBA por território. A FUNAI foi acionada para dar encaminhamentos e produziu uma informação técnica que originou as diretrizes, nas quais aponta a construção de um Comitê Gestor, forma de fazer com que os programas possam interagir. A proposição da FUNAI aponta que o formato do Comitê ainda precisa ser construído, mas a contratação de um coordenador externo deve ser imediata, conforme defendido pela Defensoria Pública do ES, para fazer o alinhamento. Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT, sugeriu que a Reunião do dia 26/03/2024 seja realizada em local mais próximo dos territórios, possibilitando maior participação. Gabriel Moura, representante da Fundação Renova, mencionou que reuniões técnicas de alinhamento são comuns e isso não significa excluir as comunidades, e propôs a manutenção da reunião em Brasília. Sugeriu definir outra agenda com as comunidades. Robson de Souza Rodrigues, representante da SESAI, informou que definiram fazer uma reunião dia 28/03/2024, com representantes da SESAI, DISEI, DAPS, MPF e lideranças. Considerou inadmissível que após oito anos, a população indígena ainda não tenha acesso à água potável. Segeriu que a Fundação Renova não inicie obras nas comunidades sem a participação da equipe técnica da SESAI, pois qualquer erro de execução implicará em não recebimento da obra e não repasse de custeio da SESAI. Os ofícios devem ser emitidos com quinze dias de antecedência, o que tem sido descumprido pela Fundação Renova. Na reunião dia 28/03/2024 serão definidos os papéis de cada órgão, a forma de acompanhamento das obras, referentes às ações emergenciais. Francisco Nóbrega, representante do MPI, propôs à Fundação Renova ir ao território no dia 26/03/2024, junto da DPDS/FUNAI. Gabriel Moura, representante da Fundação Renova, acordou com a agenda no território, mas mostrou preocupação com a possibilidade de participação da diretoria da FUNAI. Vilmar, cacique tupiniquim, registrou que o status atual do PBAI se deve a várias violações no território, por parte da Fundação Renova, com rupturas, que demandam medidas que sanem os problemas criados. Solicitou que não se façam imposições aos territórios e que as realidades dos mesmos sejam conhecidas e respeitada a autonomia de cada território em todos os temas tratados. Josiane Francisco Felipe, representante da Comissão de Caciques/ES, sugeriu que se os diretores da FUNAI não puderem se deslocar, podem participar da reunião virtualmente.

7. O sr. Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT, convidou o sr Jorge Luiz de Paula, representante da FUNAI, para apresentar **OFICIO 2971/2023/DOS/FUNAI -04/12/2023** – Programa para o enfrentamento do impacto 4, sobrecarga do órgão indigenista. Jorge de Paula relatou que a FUNAI coloca a necessidade de se dar encaminhamentos para

	<p>solucionar do impacto 4. A Fundação Renova informou que solicitaram agenda com a FUNAI para melhor entendimento do impacto. É programa que está dentro do PBAI e também será pauta na reunião do dia 26/03. Josiane Francisco Felipe, representante da Comissão de Caciques/ES, solicitou esclarecimentos sobre os programas do PBAI e Maria Albanita, representante da Fundação Renova, informou que um dos programas do PBAI se direciona ao atendimento do impacto 4 e a Fundação Renova está buscando entendimentos junto à FUNAI para responder ao ofício. Cacique Toninho, cacique tupiniquim - Comboios apontou a necessidade de se ter cautela para avançar e definir encaminhamentos. Sugeriu que os planos de contingência e os SAA sejam pontos de pauta. Gabriel Moura, representante da Fundação Renova, mencionou que a Fundação Renova é executora das ações acordadas, inclusive do PBAI. Como tratar do impacto 4 se os status do PBAI são diferentes em cada território, perguntou. Ana Luiza Ferreira, representante da Fundação Renova, mencionou que os procedimentos de aprovação precisam ser definidos. Jorge de Paula, representante da FUNAI, considerou positivo pautar a discussão. Avaliou que um impacto é a FUNAI, que não está destacada da comunidade, pois precisa atender as suas demandas. E perguntou, qual FUNAI a comunidade quer e necessita? Acrescentou que a FUNAI precisa se organizar para acompanhar o PBAI. Estabelecer as formalidades de como se dará a participação no processo, como se estrutura, esclarecer os papéis de cada ator. A FUNAI tem papel institucional com atribuições a cumprir, assim como a Fundação Renova. Propõe viabilizar a reunião para construir a retomada do processo de construção do PBAI. Douglas, representante da FUNAI, ressaltou a importância de discutir as questões nos territórios, pois abrem frentes de ações que precisam de acompanhamento pela FUNAI, a qual está com quadro defasado. Foi feito um intervalo para alinhamento dos encaminhamentos pelos indígenas, FUNAI e MPI. Joel Bezerra Adilson, representante da FUNAI, informou que os desdobramentos sobre o impacto 4 serão apontados na próxima reunião. Francisco Nóbrega, representante do MPI, propôs a inclusão do ofício 2971/2023/DOS/FUNAI para tratar do impacto 4 na pauta da reunião do dia 26/03/2024. Jorge de Paula, representante da FUNAI se despediu da Câmara, pois está se aposentando. Agradeceu a oportunidade da convivência e Jarbas agradeceu a Jorge suas significativas contribuições durante todo o período. Geraldo Tuzinho, fideiussor de Santa Cruz do Escalvado/MG, pediu à Fundação Renova esclarecimento sobre o tempo para inclusão de documentos no sistema Novel. Jarbas Vieira, coordenador da CT IPCT, propôs que a CT IPCT colete as informações e encaminhe por ofício à Fundação Renova.</p>
<p>Encaminhamento E55.06</p>	<p>Incluir o ofício 2971/2023/DOS/FUNAI na pauta da reunião do dia 26/03/2024, para tratar do impacto 4.</p>
<p>Encaminhamento E55.07</p>	<p>Encaminhar, por ofício, a solicitação de esclarecimentos sobre os prazos de inclusão de documentos no Sistema Novel.</p> <p>Responsável: Coordenação da CT IPCT</p>

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, do dia seis do mês de março de dois mil e vinte e quatro, o coordenador, Jarbas Vieira, agradeceu a participação de todas e todos e declarou encerrada a reunião,

que foi gravada e está disponível para consulta.

Registro que a presente ata foi aprovada na 56ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF, realizada dia 11 de abril de 2024

JARBAS VIEIRA DA SILVA
Coordenador da Câmara Técnica Indígena e Povos
e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF